

Serviços e mercês de vassallos da América Portuguesa^{*}

Ronald Raminelli*

Resumo

No período filipino (1580-1640) muitos vassallos da América portuguesa enviaram relatos aos monarcas castelhanos sobre seus feitos militares e aí acrescentavam descrições da fabulosa riqueza do Brasil. Os escritos procuravam tanto valorizar a bravura dos conquistadores lusitanos e respaldar seus pedidos de mercê quanto viabilizar o governo a distância por meio de inventários da natureza. Durante a União Ibérica, ao rogar por mercês, os vassallos do Brasil deveriam concorrer com conquistadores, militares, mineiros e comerciantes de todo império espanhol. Oriundos da periferia, esses súditos brasílicos deveriam demonstrar o quanto as terras defendidas por suas bravuras eram relevantes. Sem esses subsídios, acreditavam que seus serviços não seriam alvo de recompensas. Por isso, tornava-se conveniente descrever as plantas, os animais, a fertilidade do solo e as fabulosas reservas de metais preciosos ainda escondidas na natureza.

Palavras chave: União Ibérica, Brasil S. XVII, América portuguesa, Imperio Portugués, Período filipino, vassallos, mercê.

Abstract

During the philipin period (1580-1640) many vassals of the Portuguese America sent reports to the Spanish Kings about their military facts and

* Artículo recibido el 13 de junio de 2006 y aprobado el 15 de septiembre de 2006.

* Historiador y Profesor adjunto IV de la Universidad Federal Fluminense.

therefore incremented the descriptions of Brazil's fabulous wealth. The writings procured to value the braveness of the Lusitan conquerors as well as to endorse their demands for grace to make possible the distance government through nature's inventories. During the Iberic Union, when begging for graces, the Brazil's vassals should converge with conquerors, soldiers, miners and merchants from all the Spanish Empire. Coming from the periphery, brazilian vassals should demonstrate how the lands defended trough their braveness were important. Without the economic help, their services would not be worthy of rewards. Therefore it became convenient to describe the plants, the animals, the fertility of the soil and the fabulous precious metals reserves hidden in the nature.

Keywords: Iberic Union, Brazil XVII century, Portuguese America, Portuguese Empire, Philipin period, vassals, grace.

O império marítimo português integrava pontos dispersos nas quatro partes do mundo. Eram fortalezas, feitorias e pequenas terras delimitadas por oceanos. Contando com população diminuta, a Coroa deveria arquitetar meios de manter vastas áreas sob controle, valendo-se de estratégias para compensar as longas distâncias entre Lisboa e as possessões apartadas. A descontinuidade geográfica era particular no Estado da Índia, que compreendia conquistas e descobertas no imenso litoral entre Moçambique e Macau. Essas possessões formavam redes, unidades interligadas pela circulação de bens, pessoas e instituições. O domínio espacial era menos relevante, quando comparado à circulação mercantil e ao controle marítimo. Nas localidades, por vezes, a organização jurídica, política e administrativa adaptava-se tanto aos interesses

de mercadores portugueses quanto à tradição das comunidades conquistadas ou aliadas.¹ Embora as possessões se mantivessem interligadas à metrópole, não existia, até o século XIX, uma constituição colonial unificada. O império ultramarino, enfim, significava conexão de pontos dispersos, laços que multiplicaram, entrelaçaram ou extinguiram-se ao longo do tempo.

Para manter a unidade, a monarquia estabelecia, nas possessões, ora um governo tradicional e formal, inspirado nos modelos administrativos do reino, como os concelhos e as capitánias-donatarias; ora recorria a controles menos institucionalizados, mais frouxos como fortalezas, feitorias, protetorados e vassalagem. Os entraves financeiros e populacionais originaram um conjunto heterogêneo, descentralizado, formado por núcleos políticos relativamente autônomos. Os portugueses do além-mar não se firmavam apenas nas áreas com estrutura militar e administrativa

¹ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994, pp. 207-210.

formal. O império ainda reunia comunidades lusitanas amplamente autônomas, apesar de adotar as instituições civis do reino, como os mercadores de São Tomé no leste da Índia e em Macau. Existiam-se, igualmente, indivíduos que adquiriram terras, vilas ou jurisdição sobre povoados estabelecidos fora do império formal, como os afro-portugueses “muzungos” da Zambésia, os paulistas no interior da América Portuguesa, os mercenários em guerra em Burma e Sião. Nesse rol constavam também os portugueses casados e residentes fora da jurisdição portuguesa, que recusavam as instituições civis da pátria e não se incorporavam ao domínio imperial. Vale ainda incluir os missionários, as comunidades cristãs e as elites aporuguesadas, como a do reino do Congo.² Enfim, a presença lusa nos continentes longe esteve de uma regularidade, o império estava em construção, e por isso torna-se interessante entender, ao menos em parte, sua dinâmica centralizadora. Para tanto, recorro aos laços entre o soberano e alguns súditos radicados na

América Portuguesa como ponto de partida para pensar a dinâmica dessas conexões entre os séculos XVI e XVII.

Mesmo com projeto de colonização agrícola, por muito tempo, o Brasil também interligou-se à metrópole de forma fragmentada, era arquipélago.³ Em princípio, a presença lusa não promoveu controle extensivo do espaço. Compartimentado entre o litoral e o sertão, os domínios portugueses se resumiam a poucos núcleos nas proximidades do mar e rios, que atuavam como ilhas, enquanto a imensidão de terras permanecia quase alheia ao processo da conquista. Nem mesmo o governo geral, instituído em 1549, reverteu a tendência centrífuga, permitindo que a mais próspera capitania, Pernambuco, mantivesse, tempos depois, vínculos mais fortes com Lisboa, ao invés de aliar-se ao centro administrativo em Salvador. Os conflitos e a frágil integração entre os núcleos explicavam os entraves à centralização política que ainda se atrofiava com guerras externas e internas. Ao mencionado descompasso, acrescentava-se a diversidade de nações que inviabilizava uma legislação unificada para os povos das conquistas.

Ai havia moradores brancos provenientes do reino ou nascidos na América, reinóis e mazombos (brasileiros); cristãos velhos e novos; mestiços diversos; índios escravos e livres, tupis e muitos tapuias; negros forros e escravos. Os reinóis cristãos velhos estavam mais aptos a assumir cargos e receber privilégios, enquanto os

² Malyn Newitt, “Formal and informal Empire in the History of Portuguese Expansion”, em: *Portuguese Studies* (17), 2001, pp. 1-21. António Manuel de Hespânia e Maria Catarina Santos, “Os poderes num império oceânico”, em: *História de Portugal. O Antigo Regime*, v. 4, Dir. José Mattoso, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, pp. 395-413.

³ Sobre o tema ver: John Russell-Wood, “Centro e periferia no mundo luso-brasileiro, 1500-1808”, em: *Revista Brasileira de História* (36), v. 18, 1998.

escravos eram, depois dos mestiços e forros, os mais periféricos em relação ao poder central. A coroa relutava em conceder altos cargos públicos a pessoas com “sangue impuro” pela origem negra, indígena ou judaica.⁴ A diversidade étnica e social tornava ainda mais difícil a administração colonial, situação que se agravava devido à inexistência de um corpo de leis específico para a possessão. As Ordenações Manuelinas e Filipinas foram igualmente aplicadas na América com auxílio de “leis extravagantes”. Criadas para o reino, essas leis nem sempre eram adequadas à heterogeneidade social vigente no ultramar. Se as distâncias, os inúmeros grupos e conflitos eram como forças centrífugas, havia, porém, elementos que atuavam como imãs, atraindo para⁵ o centro pontos distantes da periferia.

⁴ Sobre a heterogeneidade da sociedade colonial, ver: C.R. Boxer, *Relações raciais no Império Colonial Português*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967; Maria L. Tucci Carneiro, *Preconceito racial no Brasil Colonial*, São Paulo, Brasiliense, 1983; Stuart B. Schwartz, “The formation of a Colonial Identity in Brazil”, em: Nicholas Canny and Anthony Pagden (editores), *Colonial Identity in the Atlantic World*, Princeton, Princeton University Press, 1987, pp. 15-50.

⁵ Sobre os conceitos de centro e periferia ver: Edward Shils, *Center and Peripheries; essays in macrosociology*, Chicago, The University of Chicago Press, 1975; Jack P. Greene “Transatlantic Colonisation and the redefinition of Empire in the Early Modern Era”, em: *Negotiated Empires; centers and peripheries in the Americas*, London, Routledge, 2002, pp. 267-282.

O comércio e a agricultura constituíam fatores indispensáveis ao funcionamento da grande rede comandada pelos portugueses. Os diversos pontos integravam-se pela circulação de mercadorias, homens e instituições. Oriundos dos domínios ultramarinos, o pau-brasil e a cana-de-açúcar ativavam a economia metropolitana e impulsionavam a interdependência entre as áreas americanas e Lisboa. A partir de fins do século XVI, o tráfico de escravos ainda ativava conexões entre as costas da África e América, como bem demonstraram Boxer e Alencastro.⁶ O comércio fomentava a construção de vilas e fortalezas, indispensáveis à defesa do território. Em 1530, o plano de colonização do Brasil pretendia, ao mesmo tempo, proteger as terras contra as investidas estrangeiras e inserir a possessão no comércio internacional, a partir da produção de cana-de-açúcar. Ao longo do quinhentos, percebe-se que a inserção de novas áreas coloniais obedecia a mesma lógica, a integração comercial. As capitânicas de São Vicente, Pernambuco e Bahia ficaram mais próximas da metrópole por meio do açúcar. O produto atraía investimentos, reinóis, comerciantes e escravos, promovia a construção de fazendas, vilas, fortificações, igrejas, reproduzindo nos trópicos as instituições portuguesas.

⁶ C.R. Boxer, *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1983; Luiz Felipe Alencastro, *O trato dos viventes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

No entanto, a agricultura e a extração de pau-brasil não eram as únicas potencialidades da conquista. Havia ainda muitas áreas férteis e recursos a serem descobertos ao longo do litoral e no interior dos sertões. Para manter o monarca informado, os vassallos percorriam a costa e as terras, realizavam descobertas e, logo, comunicavam ao centro os resultados do empreendimento. Os primeiros escritos narravam a surpreendente fertilidade do solo, indicavam a existência de minas, mapeavam os rios navegáveis, descreviam os habitantes, as plantas e os animais. Essas notícias eram, aqui e ali, formas de manter as redes em funcionamento, de incrementar os laços entre Lisboa ou Madri e a América. As viagens, enfim, promoviam estreitamento entre mundos apartados. Nos diários, os vassallos recriavam a natureza e os feitos portugueses no ultramar e os conduziam a Portugal ou a Castela, no tempo da união das Coroas. Eram por meio de papéis que o monarca tomava conhecimento das terras, traçava estratégias para posse e efetiva exploração. Os escritos também denunciavam os desmandos dos poderes locais, os contrabandos e as práticas contrárias aos interesses da Real Fazenda. Se essas notícias eram indispensáveis aos empreendimentos ultramarinos, os vassallos, sobretudo os súditos letrados, almejavam privilégios que atuavam como recompensa para as viagens exploratórias e as notícias reunidas.

As trocas entre vassallos e o soberano permitem entender, em uma outra perspectiva, os vínculos entre o centro e as periferias. Por meio de inventários, crônicas e mapas, o mundo colonial era codificado e transformado em papel para ser enviado ao núcleo administrativo. No passado, esses registros viabilizavam o domínio de terras distantes, enquanto hoje permitem refletir sobre a dinâmica da “centralidade”. As teias informativas dentro do império forjavam-se aos moldes da sociedade do Antigo Regime, seguiam a mesma lógica hierárquica, a mesma busca de privilégios e distinções. Como qualquer serviço prestado à realeza, o conhecimento era parte de uma troca, de um negócio entre o rei e seus súditos. Virtude própria dos soberanos, a liberalidade era mecanismo de recompensa. Esses vassallos, por sua vez, radicavam-se no ultramar, nas franjas do império, e produziam conhecimento indispensável à manutenção do domínio; ao mesmo tempo, criavam elos com o rei e sua administração, viabilizando o governo a distância. Afinal, produzir conhecimento era forma de estar no centro e desfrutar de privilégios próprios da corte. Mas o mundo colonial transformado e transportado em papel não interessava apenas à Coroa. Vice-reis e governadores também recebiam serviços de subordinados e viabilizavam cargos e mercês, concedidos pelo rei. Eram, enfim, intermediários entre os moradores das conquistas e o rei. Como o comércio e a agricultura, administradores, moradores e viajantes ativavam também os laços entre as partes do

império, alimentavam a rede, conectavam os pontos distantes sob controle dos portugueses. Esses agentes eram indispensáveis ao processo de governar as possessões, pois interligavam terras e gentes do império, promoviam os negócios e efetivavam a liberalidade régia.

Feitos e mercês no Brasil

Desde Pero Vaz de Caminha, a lógica da recompensa perpassa boa parte da trajetória dos exploradores da conquista. Ao final da famosa carta do descobrimento, o escrivão refere-se a pedido de mercê: “Pois que, Senhor, é certo que assim, neste cargo que levo, como em outra qualquer coisa, que de Vosso serviço for, Vossa Alteza há de ser, por mim, muito bem servida. A Ela peço que, para me fazer singular mercê, mande vir da Ilha de São Tomé, Jorge de Osório, meu genro, o que d’Ela receberei em muita mercê”. Não era a primeira vez que a família Caminha solicitava ao rei cargos e favores. O pai do escrivão, Vasco Fernandes de Caminha, solicitou a D. Afonso V a nomeação do filho para substituí-lo no cargo de mestre balança da cidade do Porto, depois de seu falecimento. O soberano acatou o pedido e concedeu ao cavaleiro da casa real, Pero Vaz de Caminha, a mencionada mercê. Em carta régia de 1496, ano da morte do

pai, D. Manuel I confirmou sua nomeação. Caminha, porém, não desfrutou da função por muito tempo, pois, em 1500, partiu rumo à Índia, como escrivão da esquadra de Álvares Cabral. À época, o escrivão era senhor de 50 anos, e, talvez, idoso para tamanha aventura. No entanto, poderia servir ao soberano em troca de favores, mesmo que tivesse de enfrentar mares tenebrosos para resolver problemas familiares.

A descoberta de terras era oportunidade de escrever ao rei. Esmerando-se nos detalhes, descreveu a experiência, “aquilo que via”, a travessia, as praias e os povos. Em forma de diário, tinha a responsabilidade de traduzir ao soberano os acontecimentos, desde os primeiros “sinais da terra” a cerimônias religiosas que asseguravam aos cristãos a posse do território. Os homens de beijos furados e nus certamente abandonariam seus costumes para abraçar o cristianismo, enquanto o solo forneceria os metais necessários ao comércio oriental. Além de riquezas, a carta ainda fornecia subsídios para comprovar, junto aos soberanos de Castela, o controle sobre as novas conquistas. Afinal, o relato demonstrava que as descobertas localizavam-se dentro dos limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas. Tão logo as notícias chegaram a Lisboa, D. Manuel escreveu aos reis católicos, tomando posse da Terra de Santa Cruz.

Executado o esmerado serviço, Caminha solicitou ao rei mais uma

⁷ *A carta de Pero Vaz de Caminha*, Estudo crítico, paleográfico-diplomático de José Augusto Vaz Valente, São Paulo, Museu Paulista-USP, 1975, p. 194.

mercê que pretendia atenuar os dilemas da filha. Ao deixar a cidade do Porto, o escrivão abandonava sua esposa e filha, senhoras que teriam de sobreviver sem apoio de seus maridos. Sua filha, Isabel de Caminha, casara-se com Jorge de Osório, que, por cometer delitos, estava como degredado em São Tomé. Na carta do descobrimento, o escrivão solicitava ao soberano perdão e retorno do genro. Afinal, ele, senhor idoso, abandonara a família para aventurar-se na Índia, deixando netos e mulheres desamparadas. Sem conhecer a sorte do genro, Pero Vaz de Caminha faleceu em 16 de dezembro de 1500. Para recompensar os serviços prestados e atenuar a morte do chefe de família, D. Manuel concedeu ao neto, Rodrigo de Osório, o cargo de mestre da balança da cidade do Porto. Durante muitos anos, os Caminha desempenharam a mesma função, pois D. João III nomeou outro neto, que, em homenagem, também se chamava Pero Vaz de Caminha.⁸

Com a descoberta, os portugueses promoveram, de forma incipiente, viagens de exploração e comércio para nomear, mapear e localizar reservas de pau-brasil ao longo da costa. Antes de 1530, porém, não se produziram escritos que ampliassem os conhecimentos para muito além da carta de Caminha. Sem ouro ou especiarias, a conquista era de pouca monta, razão do descui-

do. O soberano investia esforços na rota inaugurada por Vasco da Gama, enquanto a Terra de Santa Cruz permanecia como reserva de madeira corante, explorada tanto por portugueses quanto por franceses. Além da cartografia, os portugueses pouco se dedicavam a descobrir e a descrever as grandezas do Brasil. No reinado de D. João III estabeleceu-se, de fato, uma política de ocupação das novas terras que se iniciava com a expedição de Martim Afonso de Sousa ao litoral americano. Após 1530, devido às incessantes investidas francesas, o soberano iniciou efetivamente a colonização do Brasil, como bem lembrou, saudoso, Gabriel Soares de Sousa. A expedição assentou padrões e, em princípio, garantiu a posse de extenso litoral entre o Amazonas e o rio da Prata e, em seguida, estabeleceu núcleos de povoamento com instituições administrativas. Expulsou franceses de reservas de pau-brasil no nordeste, protegeu a “costa do ouro e prata”, território ao sul, onde fundou a vila de São Vicente, em ilha do litoral, e uma outra, a nove léguas no sertão, chamada Piratininga.

Durante essa jornada, entre 1531 e 1532, o escrivão Pero Lopes de Sousa produziu um cuidadoso diário que, ao retornar a Lisboa, cederia a D. João III, para informar-lhe dos acontecimentos.⁹ Os registros eram

⁸ José Augusto Vaz Valente, “Pero Vaz de Caminha”, em: *A carta de Pero Vaz...* pp. 40-47.

⁹ Pero Lopes de Sousa, *Diário da navegação*, Prefácio de Teixeira da Mota, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1968.

imprescindíveis ao trabalho dos cartógrafos, pois localizavam e nomeavam ilhas, baías e costas, mediam distâncias, descreviam o clima e as gentes encontradas, além de indicar paragens onde se poderiam refazer os estoques de água e mantimento da frota. Os informes eram indispensáveis aos navegantes que continuariam a proteger o litoral das investidas francesas. O diário ainda trazia notícias precisas das comunidades radicadas no litoral, destacando vínculos entre os ameríndios e os “invasores”. Lopes de Sousa era irmão de Martim Afonso de Sousa e primo-irmão de D. Antônio de Ataíde, conde de Castanheiro, membro do Conselho Real e muito próximo ao rei. Estudou na Universidade de Coimbra, aventurou-se em expedições guardacostas no litoral atlântico e, em seguida, percorreu a costa brasílica na expedição de Cristóvão Jacques, entre 1526 e 1528. Em nome do rei português, auxiliou os espanhóis ao comandar a nau enviada a Tunes contra os infiéis. Como capitão-mor de armada, deslocou-se para Goa, em 1539. Combateu em Safim juntamente com Tomé de Sousa e, por todos esses serviços prestados, recebeu como doação uma capitania no Brasil, dividida em três quinhões: Santo Amaro, Sant’Ana e Itamaracá. Seus escritos, serviços e valentia, enfim, resultaram na posse de terras, privilégio que era o reconhecimento dos feitos ofertados ao soberano. Na verdade, servir a coroa constituía um modo de vida para diferentes estratos da sociedade lusitana. Parte da sobrevivência material, o

oferecimento de préstimos era condição para pedir mercê, como forma de compensação. O justo prêmio impulsionava súditos e vassallos a promover guerras contra os infiéis, desbravar e descobrir terras, tomando notas para demonstrar ao soberano o quanto batalhou em favor da manutenção e expansão de seus domínios. Pero Lopes de Sousa, porém, não tomou posse da capitania no Brasil, talvez devido ao falecimento prematuro, em 1539, durante a viagem de retorno da Ásia, em naufrágio na altura de Madagascar.

Por volta de 1570, a saga dos primeiros portugueses na América ganhou registros que narravam os feitos de Cabral e dos irmãos Sousa, descreviam a exploração de pau-brasil, a cultura da cana, a construção de vilas e engenhos. Dedicado ao mui alto e sereníssimo príncipe dom Henrique, Cardeal e Infante de Portugal, o “Tratado da Terra do Brasil” de Pero de Magalhães Gandavo concedia, por certo, informações valiosas da história e geografia da nova possessão lusa. Seus préstimos, frutos da pura atenção, contribuiriam para aumentar e conservar, em perpétua paz, súditos e vassallos, como o Cardeal sempre desejou. Para Gandavo, as notícias da terra divulgariam suas riquezas entre os pobres do reino que, na América, poderiam viver e cultivar a felicidade. Por essa razão, determinou-se a coligi-las com a deliberação de oferecer a Sua Alteza, a quem pediu humildemente que aceitasse, ficando ele satisfeito com

tamanha mercê. O tratado, porém, não seria logo publicado, como fora a sua *História da Província de Santa Cruz* (1576). O mencionado tratado somente teve impressão em Lisboa em 1826.

Quando comparado aos escritos de Soares de Sousa, o tratado e a história demonstram, com nitidez, o acanhado conhecimento do território. Em princípio, considera-se que Gandavo esteve por aqui por pouco tempo, certamente não esteve em Pernambuco e em outras regiões de onde forneceu poucas e esparsas notícias. Mas há também a possibilidade de nunca ter pisado em terras brasílicas. Devido à sua crônica, ele recebeu mercê, como reconhecimento, talvez, de seu valor literário e estratégico. Em agosto de 1576, no mesmo ano da publicação da história dos feitos portugueses no Atlântico sul, foi nomeado provedor da Fazenda da capitania de Salvador da Bahia de Todos os Santos.¹⁰

Seus escritos possuem mérito de divulgar, em breves notícias, a fertilidade e a abundância das novas terras. Depois de publicadas, elas ganhariam fama e incentivariam os súditos pobres e desamparados que as escolheriam para remediar os seus males. Para além das lavouras, o autor mencionou dois atrativos irrecusáveis e capazes de pro-

mover paz aos desvalidos do reino: metais e escravos. O aumento das vilas coloniais contaria com “terras viçosas” de onde surgiriam “grossas fazendas” e muita prosperidade. Do interior, porém, vinham informações da existência de metais que estavam inexplorados devido à ausência de gente, ou mesmo devido à negligência de moradores que não se dispunham ao trabalho. Nessas paragens quase paradisíacas, o labor seria atenuado, pois com poucos escravos os moradores remediavam os sustentos: “As pessoas que no Brasil querem viver, tanto que se fazem moradores da terra, por pobre que sejam, se cada um alcançar dois pares ou meia dúzia de escravos”, teriam seu sustento remediado. Dispondo de 10 cruzados, os súditos poderiam adquirir um escravo que logo caçaria, plantaria e produziria mantimentos. Acumulariam riquezas e viveriam muito mais felizes do que se estivessem no reino; em terras brasílicas, “... nenhum pobre anda pelas portas a pedir como neste Reino”.¹¹ Gandavo, enfim, esboçava proposta destinada a harmonizar dois mundos, entrelaçá-los, integrá-los para alcançar a esperada felicidade. Os pobres deslocar-se-iam para América e aliviarão a pobreza do reino. Assim, ao mesmo tempo, tomariam posse efetiva e explorariam as riquezas nativas. Não sem razão, o projeto recebeu o reconhecimento do infante, expresso

¹⁰ Diogo R. Curto, “Cultura escrita e prática de identidade”, em: *História da Expansão Portuguesa*, v. 2, Dir. de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, Lisboa, Círculo de Leitores, 1998, p. 487.

¹¹ Pero de Magalhães Gandavo, *Tratado Descritivo do Brasil e História da Província de Santa Cruz*, São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Ed. Itatiaia, 1980, p. 44.

na publicação da *História da Província de Santa Cruz* e na concessão de cargo.

Serviços aos Felipes de Espanha

A União Ibérica promoveu a modernização do sistema político português, ao recorrer a reformas que alteraram tanto a comunicação político-administrativa entre o rei e o reino quanto as modalidades do exercício de poder. “No que toca especificamente à história do Brasil, podemos dizer que esse foi momento em que o Brasil se integrou plenamente no sistema imperial, suscitando um interesse crescente por parte da metrópole”.¹² Desde 1603, a organização jurídico e administrativa do reino português e das terras brasílicas pautava-se nas Ordenações Filipinas que, entre outras mudanças, instrumentalizava o governador-geral a fomentar a produção agrícola. Com insistência, a burocracia determinava a construção de engenhos, o cumprimento rigoroso da lei de sesmaria a qual estipulava prazo para exploração das terras doadas pela Coroa. Cuidou-se ainda de fiscalizar, de maneira incisiva, o corte de madeiras e de incentivar a produção de estatísticas civil, militar e eclesiástica do Estado do Brasil. Entre os dados coletados deveriam constar os “salários pagos, quantidade e

discriminação dos cargos e funções, a receita e a despesas da Fazenda Real, bem como o número de praças, fortalezas e capitánias existentes”.¹³

O governo dos Felipes, portanto, estimulou o fortalecimento dos laços entre a metrópole e seus domínios, sem descuidar das possessões portuguesas na América. O incentivo não era apenas resultado do incremento da produção agrícola e das baixas no Estado da Índia. O afã de promover inventário do mundo colonial era uma marca do governo castelhano, responsável pela execução das *Relaciones Geograficas* nos Vice-reinos da Nova Espanha e do Peru. Certo da boa acolhida de seus escritos sobre o Estado do Brasil, o português radicado na Bahia, Gabriel Soares de Sousa, dirigiu-se à Corte de Felipe II com a intenção de informar-lhe das grandes brasílicas. Natural do Ribatejo, chegou à cidade de Salvador em 1569, durante viagem em direção à Índia. Ao constatar as boas oportunidades de enriquecimento, decidiu ficar e empregar seus recursos na lavoura canavieira. Não se interessou apenas por empreendimento agrícola, por muito tempo recolheu informações que seriam vitais para seus pleitos na Corte castelhana. .

Por quase duas décadas, Gabriel Soares de Sousa residiu no Estado do Brasil e reuniu conhecimento digno de notas. Em Madri, durante a espera de um despacho, resolveu tirá-las a limpo, copiando-as em um caderno para

¹² Guida Marques, “O Estado do Brasil na União Ibérica”, em: *Penélope* (27), 2002, p. 8.

¹³ Graça Salgado (coord.), *Fiscais e meirinhos*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985, pp. 55-57.

convir ao serviço de el rei Nosso Senhor, Filipe II de Espanha. Em 1º de março de 1587, ofertou o manuscrito a Cristóvão de Moura que, certamente, enviaria a Sua Majestade. No reino, Soares de Sousa compadecia da pouca notícia que se tinha da grandeza e estranheza do Brasil. Para tanto, compôs cosmografia e descrição do Estado, revelando ainda informes dilatados sobre terras e riquezas da Bahia de Todos os Santos. Não tencionava, porém, conceber uma história esmerada no estilo, nem mesmo esperava louvores pela escritura da breve relação. Em tempo de União Ibérica, procurava sensibilizar a realeza para a enorme fertilidade da terra. Denunciava ainda os descuidos dos reis passados, deixando desprotegido o imenso litoral, onde corsários poderiam estabelecer e assenhorear-se com uso de mui pequena armada. Depois que o rei D. João III “passou desta vida para eterna”, as novas descobertas estavam muito desamparadas. Antes, porém, com imenso cabedal, edificaram-se muitas cidades, vilas e fortificações. Contando com litoral de mil léguas, terra fértil, fresca e abastada em mantimentos, no Estado do Brasil era viável edificar um grande império, informava ao soberano Gabriel Soares.

O abandono das novas terras não era por falta de providência de Sua Majestade, mas por carência de notícia, negligenciada por quem disso tinha obrigação. Como leal súbito, Gabriel Soares de Sousa declarou-se empenhado em contornar esses

entraves, fornecendo ao serviço real uma memória capaz de guiar os empreendimentos imperiais em terras da América descoberta pelos lusitanos. Para dissertar sobre defesa, descreveu vilas e cidades da costa, demonstrando o quanto estavam despreparadas para as investidas inimigas externas e internas. Não era despropósito, considerou o fiel súdito, alertar a el-rei para o desamparo em que se encontrava a cidade de Salvador. Era mister cercá-la “de muros e fortificar, como convém ao serviço e segurança dos moradores dela; porque está arriscada a ser saqueada de quatro corsários, que a forem cometer, por ser gente espalhada por fora, e a cidade não ter onde se possa defender, até que a gente das fazendas e engenhos a possa vir socorrer”.¹⁴ Por certo, Soares de Sousa percebera não somente a fragilidade das fortificações, mas, sobretudo, o desempenho de vilas e cidades para manutenção do próprio território circunvizinho. Eram, portanto, alvos frágeis de corsários e invasores - como sucederia, mais tarde, com Salvador e Olinda nas guerras contra os flamengos. Do mesmo modo, muralhas protegeriam as vilas de revoltas e combates promovidos pelos ameríndios vindos do sertão. Ilhéus não contava com fortificações e enfrentava a “praga dos aimorés”. Antes contava com quatrocentos ou quinhentos vizinhos, mosteiro de São Bento e colégio da Companhia de Jesus, mas enfrentava invasões internas e despovoava-se

¹⁴ Gabriel Soares de Sousa, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1987, p. 40.

rapidamente: “se despovoará de todo, e Sua Majestade com instância não lhe valer”. Enfim a insistência do manuscrito em descrever os povoados atuava como alerta para preservar a conquista lusa.

Não era coincidência que na mesma oportunidade o colono solicitasse a concessão de Felipe II para um grande plano de desbravar e conquistar o interior, em paragens localizadas além do rio São Francisco: “Eu El-Rei faço saber aos que este alvará virem que, sendo eu informado quanto importa ao serviço de Deus e meu fazer-se o descobrimento do Rio de São Francisco, parte do Brasil, a que ora envio Gabriel Soares de Sousa por capitão-mor e governador dela; e querendo como é razão fazer mercê às pessoas que me forem servir na dita empresa...”. O monarca acatava, assim, o pedido e concedia-lhe títulos de capitão-mor e governador da conquista, direito de nomear cargos de justiça e fazenda. Contaria ainda com hábitos das Ordens de cavalaria e respectivas tenças, mercê de cavaleiros-fidalgos e a permissão de formar uma tropa composta de mecânicos, mineiros, degredados ou não, e um grande número de índios, capazes de sustentar o empreendimento no sertão. A partir de descobertas de ouro, prata e pedras preciosas, Soares de Sousa planejava seguir os rastro do irmão, João Coelho de Sousa, e apoderar-se de riquezas

escondidas longe das povoações litorâneas. Para levar a frente a empreitada, recorria às benesses de Sua Majestade.¹⁵ Com a demora do despacho, resolveu colocar no papel a experiência de quase vinte anos no Estado do Brasil, redigindo o que viria a ser o *Tratado Descritivo do Brasil*, registro ainda hoje indispensável ao conhecimento do primeiro século da colonização portuguesa.

O tratado é dividido em duas partes: a primeira denominada de “Roteiro Geral da Costa Brasílica”; e a segunda de “Memorial e Declaração das Grandezas da Bahia”. Iniciando-se com a descoberta do Brasil, ele mistura elementos históricos, geográficos e etnográficos de diversos pontos do litoral, do Amazonas ao rio da Prata, fornecendo subsídios valiosos para colonos e administradores. Provenientes da experiência, os escritos de Soares de Sousa encantam pelo detalhe: mapeamento de nações indígenas, aliadas e rebeldes, rios e portos, engenhos e lavouras diversas espalhadas pelo litoral. Mas conhecimento precioso seria fornecido sobre a Bahia de Todos os Santos, onde se radicou e era proprietário, senhor-de-engenho e de escravaria. Dividiu o memorial em vinte partes, abordando, sem dificuldades, a história e a geografia. Como os naturalistas, ele dissertou sobre os três reinos da natureza e, com muita pertinência, refletiu sobre as dádivas fornecidas pela criação divina, ou seja, plantas, animais e minerais. Denominada de “bichos menores que têm asas

¹⁵ Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Arquivo 1.2.15, t. 1, pp. 76-79, 115 e 174-182.

e têm alguma semelhança de aves”, nem mesmo a entomologia brasílica escapou a esse senhor-de-engenho, na faina de comunicar ao rei, riquezas e estranhezas do Estado do Brasil. O manuscrito ainda se destaca pela capacidade de individualizar comunidades indígenas, particularmente os tupis radicados no litoral, fornecendo pormenores sobre casamentos, alimentação, guerras e ritos canibalescos.

Gabriel Soares não apenas entregou a D. Cristóvão de Moura descrição pormenorizada das terras brasílicas. Na oportunidade recorreu novamente a seus apontamentos para denunciar privilégios e desmandos cometidos pela Companhia de Jesus. Se inicialmente eram benquistos pelos moradores, tempos depois a reputação dos jesuítas não era das melhores, “ficaram os Padres muito odiosos ao povo”. Com os favores d’el-rei, os religiosos construíram os colégios da Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Anualmente, contavam com 4.500 cruzados de renda provenientes de cofres reais, mais currais de vaca, propriedades e cinco aldeias de índios forros. Os privilégios não eram bastante para conter a sede de riquezas dos inacionos, comentava Gabriel Soares. Pressionavam fiéis para doar-lhes terras, estimulavam a fuga de escravos de propriedades vizinhas e contrariavam as ordens das autoridades locais. Além das mencionadas irre-

gularidades, a catequese, razão para atuar nos reais domínios, demonstrava-se inócua, pois os índios eram incapazes de “conhecer que coisa é Deus, nem crer nele...”¹⁶

As denúncias de Gabriel Soares de Sousa abordam os entraves ao emprego da mão-de-obra indígena nos empreendimentos coloniais. Sendo os jesuítas responsáveis pelos aldeamentos, os moradores ficavam dependentes dos padres para tocar as lavouras. As epidemias e as guerras provocaram no recôncavo baiano aumento da mortalidade e escassez de braços para o cultivo de cana-de-açúcar, o que veio agravar a penúria de canavieiros e senhores de engenhos. Ao descrever os desmandos da Companhia de Jesus, ele pretendia alcançar o apoio das autoridades metropolitanas e solapar os privilégios dos inacionos no Brasil. Sem a interferência dos padres, os proprietários poderiam recorrer à escravidão e ampliar suas atividades agrícolas. Percebe-se então que o vassalo d’el rei não pretendia apenas expandir as áreas da colonização para as bandas do São Francisco, mas viabilizar braços para explorar a fertilidade da terra.

Se os ataques aos jesuítas não alcançaram o desfecho planejado, o projeto de conquistar o sertão teve todo apoio do soberano. Os favores pleiteados foram, em grande parte, concedi-

¹⁶ Gabriel Soares de Sousa, “Capítulos que Gabriel Soares de Sousa deu em Madrid ao Sr. D. Cristóvam

de Moura contra os padres da Companhia de Jesus...”, *Anais da Biblioteca Nacional* (62), 1940, pp. 337-381.

dos, em abril de 1591. O novo “capitão-mor e governador” partiu de Lisboa na urca flamenga denominada de Grifo Dourado, conduzindo cerca de trezentos e sessenta homens em direção à foz do rio São Francisco. Em terra, seguiria o roteiro rumo às minas traçado pelo irmão que encontrara a morte durante a jornada pelo sertão. O destino de Soares de Sousa não seria diferente. Na altura da enseada do Vazabarris, a embarcação naufragou, porém sem fazer muitas vítimas. Os sobreviventes logo passaram à Bahia. Depois de montar expedição com apoio do governador D. Francisco de Sousa, Gabriel Soares seguiu rumo às suas terras, subindo pela margem do rio Paraguaçu. No percurso, enfrentaram as cheias do rio, o frio e o nevoeiro da serra. Combalido, ele morreria sem encontrar as minas, desfrutar das tenças e mercês concebidas pelo soberano espanhol. O “Tratado descritivo do Brasil”, porém, permaneceu como manuscrito durante todo o período colonial. Francisco Adolfo de Varnhagen localizou dezenas de versões parciais em arquivos de Portugal, Brasil, Espanha e França, o que demonstra o valor do memorial.

Para Soares de Sousa, nos reinos de Portugal e Castela havia escassas notícias do Estado do Brasil, o que agravava o abandono e a debilidade das fortificações. O inventário cosmográfico era, em princípio, recurso para incentivar a colonização, mas também parte da estratégia destinar a obter o real apoio para expandir seus domínios sobre o sertão. Esses entendimentos

entre soberanos e súditos letrados eram constantes na Época Moderna, eram parte imprescindível do controle e gerenciamento das possessões ultramarinas. Os memoriais estreitavam os laços entre o centro e as várias periferias. Por vezes, viajantes eram previamente preparados para a tarefa de aproximar e fazer conhecer os limites e as potencialidades dos domínios. Esses súditos percorriam as fronteiras de imensos territórios, recolhendo elementos da geografia, do mundo natural e das comunidades nativas. Teciam, enfim, as tramas do império, criavam possibilidades para intervenções e reformas, fazendo chegar aos soberanos mundos distantes e realidades quase desconhecidas. Nem sempre, esses vínculos eram estreitados por enviados da Coroa, por vezes vassallos experientes e treinados na escrita exerciam essa função em troca de honras.

Gabriel Soares de Sousa conhecia bem essas negociações, não sem razão confiou ao marquês de Castelo Rodrigues o “Tratado Descritivo do Brasil” e as denúncias contra a Companhia de Jesus. À época, início do reinado de Felipe II em Portugal, inaugurava-se com a União Ibérica uma política de atração da nobreza portuguesa para o quadro dinâmico da Monarquia Hispânica a partir da criação de casas titulares e concessão de vários privilégios.¹⁷ Sem poder desfrutar das

¹⁷ Jean-Frédéric Schaub, *Portugal na Monarquia Hispânica, 1580-1640*, Lisboa, Livro Horizonte, 2001, pp. 45-48.

mesmas honras, Soares de Sousa pretendeu pleitear título de capitão-general e governador das terras a serem descobertas no sertão.

D. Cristóvão de Moura, o mencionado marquês, era confidente e, decerto, o mais influente dos ministros de Felipe II. Depois de Alcácer Quibir, com muita habilidade, participou como embaixador do soberano de Castela, reunindo partidários da união das Coroas entre nobres portugueses. Proclamado rei nas Cortes de Tomar, Felipe II o fez vedor da fazenda, tornou-o membro do Conselho de Portugal e ainda concedeu-lhe numerosas mercês e doações, bem como o título de marquês. Apesar de embrenhado nas franjas do império, Gabriel Soares de Sousa certamente conhecia a influência de Moura na Corte madrilena. Recorreu ao seu prestígio para enviar ao rei notícias do Brasil que atuariam tanto como trunfo para engrandecer as terras, quanto elemento para fortalecer seus planos de conquista e comando do sertão do São Francisco. A partir do episódio, torna-se mais evidente a relação entre privilégios e produção do conhecimento. A existência de uma teia de informação era capaz de tornar móvel o mundo colonial, reduzi-lo a questões básicas, traduzi-lo em relatórios, tratados e mapas, e conduzi-lo enfim em forma de papel para os centros europeus. Essas operações eram vitais para sobrevivência da ordem colonial, para consolidação de laços entre centro e periferias.

Conscientes da interdependência, súditos letrados se dispunham a mobilizar mundos e narrar histórias em troca de privilégios. À época, essas conexões não eram novidades, faziam parte da tradição ibérica. Soares de Sousa e Diogo do Couto verteram muita tinta para denunciar os descaminhos dos governos e esperavam a reação da monarquia para coibir os abusos. Sem preocupar-se em traçar a história dos portugueses na América, em 1592, o licenciado Domingos de Abreu de Brito apresentou a Felipe II um “sumário”, com a intenção de revelar as contrariedades aos interesses monárquicos dos dois lados do Atlântico sul. No Brasil e Angola, ele detectou práticas contrárias aos interesses imperiais, perpetradas por oficiais e vassalos do rei. De sua vida pouco se sabe, apenas que recebeu a incumbência de promover uma possível devassa em Angola e Pernambuco para o aumento “do Estado e renda para sua Coroa”. Com tão valiosas notícias, pretendia “pedir as honras e mercês que por seus serviços os conquistadores mereciam”.¹⁸

O fortalecimento da comunicação entre mundos apartados tornou-se uma importante característica do governo filipino, por isso, com toda propriedade, o historiador J. H. Elliott denominou a

¹⁸ Domingos Abreu de Brito, *Um inquérito à vida administrativa e econômica de Angola e do Brasil, em fim do século XVI*, Prefácio de Alfredo Albuquerque Felner, Coimbra, Imprensa Universitária, 1931, p. 29.

Monarquia Hispânica de *government by paper*.¹⁹ Nesse sentido, Abreu de Brito pretendia fornecer notícias e estreitar os laços entre Madri e os rentáveis empreendimentos do Atlântico sul. O comércio do pau-brasil, à época, era monopólio régio, parte importante dos rendimentos da Coroa e produto alvo de particular atenção. Em 1601, o governo de Castela procurou reunir informações rigorosas sobre o rendimento desse negócio, “e tentou igualmente averiguar até que ponto estavam a ser cumpridos os termos do contrato que regulava esse monopólio”. Nem sempre estavam disponíveis os índices dessas transações,²⁰ razão para Abreu de Brito percorrer as terras brasílicas, muito antes dos oficiais da Coroa, e oferecer ao monarca um inventário dos desconroles da arrecadação dos dízimos sobre o comércio de cana-de-açúcar e extração de pau-brasil. Proveniente de Angola, ele chegou a Pernambuco, em abril de 1591, durante o governo interino do bispo D. Antônio Barreiro, com a tarefa de lançar devassa sobre a produção e o comércio da capitania de Pernambuco.

Nos papéis enviados a Felipe II, Abreu de Brito calculou o dízimo sobre a produção açucareira e o número de

engenhos, avaliou ainda a criação de gado, pescados e farinhas. O dízimo era imposto de um décimo cobrado sobre toda a produção que, por princípio, era destinado à Igreja. Arrecadado em nome do soberano, na condição de grão-mestre da Ordem de Cristo, o imposto era coletado pelo licitante que maior lance oferecia no pregão anual.²¹

O contrato do dízimo era concebido a partir de uma estimativa de produção, se a arrecadação fosse maior ou menor que o lance, ou melhor, que a estimativa, o lucro ou o prejuízo seria do contratador. Os cálculos de Abreu de Brito comprovaram, porém, o enorme ganho do contratador, em detrimento da rendas da Coroa. O açúcar era a base das fraudes, pois a partir de comparação entre dízimo do açúcar, número de engenhos e produção anual (6.000 arrobas), ele constatou o enorme prejuízo da fazenda real. Esta deveria receber cerca de 75.600 cruzados somente com produção açucareira. No entanto, a arrecadação de dízimo do açúcar, mantimentos, gados e demais produções alcançavam a soma de apenas 28.500 cruzados, arrematados pelo mercador João Nunes, que à época foi fartamente denunciado, ao visitador do Santo Ofício, por onzenas, desrespeito ao crucifixo e viver amancebado.²²

¹⁹ A feliz expressão *government by paper* está em: J.H. Elliott, *Imperial Spain; 1469-1716*, London, Penguin Books, 1990, p. 170.

²⁰ Guida Marques, *Op. cit.*, p. 9.

²¹ Stuart Schwartz, *Segredos internos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1988, p. 154.

²² Instituto dos Arquivos Nacionais Torre do Tombo (IANTT), *Inquisição de Lisboa*, proc. 1491 e 885.

O sumário dirigido a Filipe II não se ateve apenas à produção açucareira e denunciou o enorme contrabando de pau-brasil. As transações ilícitas realizavam-se em porto a uma légua do Recife. Embora houvesse inspeção, inúmeras mercadorias eram carregadas e descarregadas ilegalmente, sobretudo quando as autoridades se ausentavam. Mas eram os oficiais de Sua Majestade os grandes responsáveis por onerar a real fazenda. A partir de um dispositivo legal, os vassalos aumentavam seus lucros em detrimento dos cofres da Coroa. Os novos canaviais e engenhos eram isentos de impostos por dez anos. Oficiais da fazenda, justiça e Câmara aproveitavam os benefícios de lei e compravam roças e engenhos. Essas propriedades não eram destinadas ao cultivo e produção, serviam para acobertar negócios escusos. Eles compravam ou produziam açúcar e, em seguida, enviavam-no à alfândega. A carga, porém, era acompanhada de certidões que pertenciam a lavradores ou donos de engenhos recém instalados e, assim, ficavam livres e isentos de impostos.²³ Esses vassalos enriqueciam e depauperavam as rendas reais.

Abreu de Brito forneceu igualmente notícias preciosas do reino de Angola ao relatar as guerras empreendidas nos governos de Paulo Dias e Luiz Serrão. Apesar de vassalo, o reino do Congo impedia o avanço do tráfico, dificultava

os negócios de zimbo, a navegação e a circulação pelo interior. Com socorro de Lisboa, em pouco tempo, os congolezes seriam controlados, o caminho das minas estaria livre, os principais fidalgos e o rei de Angola seriam subjugados, acreditava Abreu de Brito. Para melhor explorar tais reservas de prata, as serras de ouro de “Manapota”, a passagem para Moçambique e a exaltação da santa fé, seriam necessários muitos fortes e uns poucos homens brancos que viabilizariam a integração do interior africano.²⁴ Para além de metais, por serem muito povoadas, as terras forneciam ainda infinidade de escravos. Esses conselhos e advertências, enfim, tinham a finalidade de amenizar os prejuízos da fazenda real e consolidar a conquista de fabulosas riquezas. Felipe II deveria, então, ser alertado sobre os descaminhos arquitetados por seus próprios vassalos. Abreu de Brito incentivou, enfim, a integração entre Madri e as costas atlânticas, orientou o soberano como coibir abusos e submeter súditos desleais em favor do engrandecimento da Monarquia Hispânica.

Mameluco, paulista e cavaleiro da Ordem de Cristo

Mais do que os papéis, as vitórias bélicas e a expansão do império eram os meios mais seguros de entesourar méritos e mercês. Na América portu-

²³ Domingos Abreu de Brito, *Op. cit.*, p. 65.

²⁴ *Ibid.*, p. 19.

guesa, no seiscentos, as conquistas rumaram em direção ao oeste, sobretudo depois da expulsão dos franceses da ilha de São Luís. O capitão-mor de Pernambuco, Alexandre Moura, tinha a tarefa de fundar uma nova capitania para deter os franceses que ameaçavam o Amazonas. O empreendimento, porém, ficou sob o comando de Caldeira Castelo Branco que recebera antes da partida o título de capitão-mor. Comandava cento e cinquenta homens e três embarcações e, em 1616, fundou o forte do Presépio e a cidade de Nossa Senhora de Belém, às margens do rio Guamá.²⁵ No entanto, os avanços da colonização ocorreram com mais rapidez na região em torno de São Luís. Em 1618, desembarcaram aí perto de 300 pessoas. Os imigrantes receberam suas léguas de terra e puderam desfrutar da fertilidade e grandeza da América. As moças donzelas logo se casaram e tiveram vida próspera, o que era impossível no reino. Para consolidar a posse do Maranhão, os portugueses deveriam explorar seus recursos, construir vilas e fortificações. Entre os açorianos, encontrava-se Simão Estácio da Silveira, capitão da nau de Jorge Lemos Bitencourt e autor de dois escritos dedicados às capitanias do norte. A “Relação sumária das cousas do Maranhão” voltava-se aos pobres do

reino de Portugal e, como Gandavo, Silveira pretendia incentivar a migração para as terras americanas. No interesse de difundir a “Santa Fé Católica” e a conversão do gentio, Silveira ainda escreveu “Intentos da jornada do Pará”, onde procurava relatar as potencialidades da terra e os recursos naturais indispensáveis à manutenção dos moradores. Para estimular a imigração, não bastava apenas enumerar frutas e raízes, mas a disposição dos nativos para auxiliar os moradores na exploração das glebas. Descreveu, então, as comunidades indígenas de modo a exaltar suas características: “O gentio da terra é brioso, engenhoso e tem algum polido mais que outro do Brasil muito fácil e tratável, que deseja e procura nossa amizade...”²⁶ Além de informar à Sua Majestade os descobrimentos realizados ao norte da América Portuguesa, Silveira buscava apoio para o povoamento do Pará e Maranhão, empresa que “se requer grande cabedal de valia e de fazenda”. Mais uma vez, as informações sobre as novas conquistas antecediam os pedidos de recursos e os pleitos ao monarca.

Com os avanços dos açorianos e o crescimento da vila, instalou-se a Câmara de São Luís, onde Silveira elegera-se juiz. Ele não permaneceu

²⁵ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), *Conselho ultramarino*, Requerimento, maço n. 3. Alexandre de Moura. Regimento que Alexandre de Moura deixou a Francisco Caldeira de Castelo Branco, Forte São Felipe, 22 de dezembro de 1615.

²⁶ Simão Estácio da Silveira, “Intentos da jornada do Pará, Lisboa, 21 de setembro de 1618”, em: *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 26, 361-66, 1905, pp. 361-366.

muito tempo nesse lugar, pois em 1624 estava novamente em Lisboa, onde publicou, com a permissão do inquisidor geral, sua obra sobre as terras conquistadas dos franceses, a “Relação sumária das coisas do Maranhão”.²⁷

Dois anos depois, em Madri, Silveira escreveu ao monarca espanhol para, mais uma vez, oferecer serviços. Pretendia empregar seus conhecimentos sobre os rios amazônicos e abrir uma nova rota marítima e fluvial entre o Peru e a Espanha. Esse trajeto diminuiria a viagem em quatro meses, tornando desnecessária a travessia pelo Panamá. “como platico en las cosas de la mar, que tengo mucha noticia de las del Maraño, como parece de mi relacione q he impresso, me ofrezco por servicio de Dios y de V. Magestad a abrir nuevo camino por un de los rios de Maraño...”²⁸

Infelizmente, não dispomos da resposta do monarca para o pedido de Silveira. Vale, porém, destacar que o desbravador do Maranhão escreveu sobre as novas descobertas, teve o trabalho impresso e, tempos depois, solicitou ao rei permissão para encon-

trar rota entre as minas do Peru e os portos da Espanha. Em nenhum momento, Silveira solicitou privilégios para si, somente apoio do monarca para seus empreendimentos, tornando-se um testemunho singular. Não pretendia, em princípio, solicitar mercê pelo serviço de difundir notícias, incentivar povoamento das conquistas e descobrir caminhos, como o fez Gabriel Soares de Sousa. Nesse sentido, seus escritos ao monarca também se diferem dos de Bento Maciel Parente. Este conquistador participou ativamente da expansão portuguesa na costa oeste, relatou ao soberano seus feitos e alcançou inúmeros privilégios. Não recebeu, porém, o hábito da Ordem de Cristo, alcançado por seu filho depois da morte do pai. Parente era reinol e, por longos anos, desbravador de terras no Maranhão e Pará, enquanto seu filho era mameluco, também chamado Bento Maciel Parente. Sem reunir serviços, o filho conseguiu o perdão do soberano para seus defeitos, condição para um mameluco, paulista e bastardo alcançar o hábito da Ordem de Cristo.

Em 1619, o forte do Presépio sofreu enormes perdas com levante tupinambá, que foi debelado por Jerônimo Fragoso de Albuquerque, capitão-mor do Pará, Pedro Teixeira e Bento Maciel Parente. O último realizou feitos notáveis na Amazônia, e a guerra contra os ameríndios amotinados não seria sua primeira missão em terras brasileiras. Antes, Bento Maciel pelejou contra os ingleses na costa de Pernambuco, descobriu salitre na Bahia

²⁷ Simão Estácio da Silveira, “Relação sumária das coisas do Maranhão”, em: Cândido Mendes de Almeida, *Memórias para o extinto estado do Maranhão*, v. II, Rio de Janeiro, livro Paulo Hindebrandt, 1874.

²⁸ Simão Estácio da Silveira, “Intentos da jornada do Pará...”, p. 99; Petição de Symão Estacio da Silveyra, [Madrid, 15 de junho de 1626], em: *Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, t. 83, 1919, pp. 91-99.

e minas em São Paulo. Na conquista do Maranhão, atuou como capitão de mar e guerra em companhia de Alexandre Moura e, por fim, lutou para expulsar corsários do Amazonas e combater a rebeldia dos tupis. Depois de pacificados, nos rios do Pará, mandou construir fortificações e consolidou a posse lusa sobre a entrada do grande rio. Como recompensa pelo serviço, em 1625, recebeu o hábito da Ordem de Santiago, com quinhentos réis de renda. Tempos depois, em sua defesa, escreveu a el-rei para requerer o hábito da Ordem de Cristo e cinquenta mil réis de tença, pois seus serviços eram equiparados aos de “Fernando Cortéz” na Nova Espanha. E assim solicitava mercê correspondente “a lo mucho bien que tiene servido”. À época, era capitão-mor do Grão-Pará e apresentava ao monarca um memorial destinado a inventariar 36 anos de serviços no Estado do Brasil, onde atuou como soldado, capitão, sargento maior e capitão mor.²⁹

Bento Maciel Parente era natural de Viana do Castelo. Nascido por volta de 1584, não era moço quando pelejou no costa do Brasil, entre 1618 e 1621. Depois de muito servir a el-rei, decidiu ir à Corte de Madri para solicitar mercê, com apoio de D. Diogo de Castro e a princesa Margarida, altos dignitários do

reino português na era filipina. Seus pleitos não foram logo atendidos; depois de apresentar várias vezes os pedidos, recebeu carta de doação da capitania do Cabo Norte em junho de 1637.³⁰ Antes, porém, recebera terras no Amazonas, foro de fidalgo com dois mil réis de moradia, com obrigação de servir em Pernambuco. Na mesma época da doação da capitania, atuou como governador do Maranhão até a captura holandesa de São Luís, em 1641. Aos 75 anos, o velho Bento Maciel tornou-se prisioneiro e, ao ser conduzido ao Recife, faleceu.³¹ D. João IV assegurou ao seu filho natural, de nome idêntico ao pai, a posse da capitania, mas o mesmo morreu sem geração. Sucedeu-o seu irmão, Vital Maciel Parente, que também não deixou descendente. Depois, segundo Rodolfo Garcia, a capitania do Cabo Norte permaneceu sem herdeiros e retornou à Coroa.³²

Por meio de guerras e notícias, os vassallos alcançavam os disputados privilégios. Eles prestavam serviços em troca de recompensas, de prêmios, concedidos somente pelo rei. Para alcançar as benesses, eles deveriam recorrer a intermediários, homens de prestígio, próximos ou membros da Corte. Era

²⁹ Bento Maciel Parente, “Memorial”, em: Francisco Adolfo Varnhagen, *História Geral do Brasil*, v. 2, São Paulo, Ed. Itatiaia/Edusp, 1981, pp. 218-219.

³⁰ IANTT, *Chancelaria de Felipe III*, Doações, livro 34, ff. 2-5v.

³¹ José Honório Rodrigues, *História da história do Brasil*, 1ª parte: Historiografia Colonial, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1979, pp. 82-83.

³² Rodolfo Garcia, Nota VIII, em: Francisco Adolfo Varnhagen, *Op. cit.*, v. 1, t. II, pp. 350-351.

fundamental conhecer os canais que levavam ao centro do poder, sem eles as negociações seriam quase impossíveis. Em busca de aliados, Gabriel Soares de Sousa e Bento Maciel Parente estabeleceram-se em Madri, como forma de divulgar seus feitos e pleitear mercês. Esse trâmite nos permite entender, em boa parte, a dinâmica da produção de conhecimento e, sobretudo, avaliar os vínculos entre serviço, honra e centralização política. No entanto, muitos feitos não foram reconhecidos, apesar da valentia dos vassalos. Por isso, ao pleitear a recompensa de seus serviços, Bento Maciel Parente não se contentava em mencionar apenas os combates contra invasores e as investidas contra as rebeliões indígenas, mas procurou descrever as riquezas do Maranhão, as potencialidades da natureza capazes de comportar lavouras, minas e braços para tocar os empreendimentos.

Em Madri, entregou, ao soberano, petição e memorial que defendiam a catequese no Maranhão: a criação de bispado e envio de religiosos para que se “conquiste o muito que ainda falta por aqueles grandes rios”. O sustento do bispo e demais ministros eclesiásticos proviria da “encomienda”, ou melhor, de tributos pagos pelos ameríndios, como se fez logo depois da conquista nas Índias de Castela, lembrou Bento Maciel. Para justificar a cobrança, ainda ponderou que todas as criaturas estavam obrigadas a dar a Deus e aos seus ministros o dízimo dos frutos da terra. Em todas as repúblicas

políticas, e não somente entre os índios, os tributos eram estabelecidos para premiar os naturais, que com as armas conquistaram e defenderam os seus estados. Não era, portanto, inconveniente tributar os índios dessa forma, concluiu Bento Maciel Parente. Nas Índias de Castela, os senhores protegiam, conservavam os índios e curavam suas enfermidades. Ainda os treinavam na guerra, “para que com as suas armas ajudem a defender a terra e a conquistar outras, e de todo se segue aumento desta conquista, e serviço de Deus e de V.M.”.³³ Nessa justificativa, Bento Maciel buscava confundir os tributos pagos à Igreja e aos conquistadores, pois os maranhenses deveriam trabalhar para sustentar bispo, padres e demais moradores, viabilizando tanto a catequese quanto a manutenção da posse. Os guerreiros portugueses teriam seus feitos recompensados com o trabalho indígena e estariam encarregados de proteger e ensinar os ofícios da guerra. Assim, juntos defenderiam e aumentariam os domínios do soberano.

Em seus escritos, Bento Maciel Parente tornou a defesa e a doação de terras temas recorrentes, que se coadunavam com a necessidade de tri-

³³ “Petição dirigida pelo capitão-mor Bento Maciel Parente ao rei de Portugal D. Philippe III acompanhada de um memorial”, em: Candido Mendes de Almeida, *Memória para História do extinto Estado do Maranhão*, v. 2, Rio de Janeiro, Tip. de Paulo Hindebrandt, 1874, p. 36.

butar os ameríndios. Na “Relação do Estado do Maranhão”, priorizou a debilidade das defesas; mencionou ainda a fertilidade da terra e as potencialidades a serem exploradas pelos moradores. A cidade de São Luís estava desprovida de fortificações; sem muralhas a cabeça do Estado cairia novamente sob jugo de invasores. Para aumento da real fazenda e defesa, seria necessário povoar as terras recorrendo a incentivos. O soberano daria poderes aos governadores para repartir as glebas entre as pessoas que pedissem e quisessem ocupá-las.³⁴ “Encomienda” e distribuição de terras faziam, enfim, parte de um mesmo projeto, destinado a ocupar o Maranhão conforme a tradição hispânica, conforme as primeiras experiências castelhanas de conquista e colonização da América. A estratégia beneficiava tantos os interesses dos conquistadores, que ganhariam terras e trabalhadores, quanto a manutenção de conquistas.

Apesar de demonstrar interesse na catequese, Parente tornou-se alvo de graves denúncias divulgadas pelo frei Cristóval de Lisboa, primeiro custódio da Ordem dos Capucho e comissário do Santo Ofício no Maranhão. Devido ao excesso de trabalho nos engenhos e extensas viagens, o capitão-mor impedia os índios de cultivar suas terras

e produzir alimentos, provocando fome e inúmeras mortes nas comunidades. Em suas propriedades, nem mesmo o domingo, dia de descanso e de reverência à Igreja, era respeitado. Afrontava ainda os frades e a Igreja ao afirmar que reconhecia como superior somente el-rei. Escândalo maior provocou quando se amancebou com várias índias e permitia a existência de “uma Aldeia que estava junto do seu Engenho, [que] mais parecia mancebia dele, e de seus criados, que aldeia cristã...”³⁵ Nem por isso, Bento Maciel deixou de ser recompensado pelos serviços, recebendo, entre outros, a capitania do Cabo Norte e o hábito de cavaleiro da Ordem de Santiago. Atributo principal do monarca, a real justiça, por vezes, falhava, e as dádivas não estavam à altura dos serviços. A falta de insistência ou uma conjuntura desfavorável podiam provocar o esquecimento dos feitos.

Na década de 1630, realizou-se a importante viagem de Pedro Teixeira ao rio Amazonas, sendo o redescobrimto de uma passagem entre o oceano Atlântico e o Peru. A jornada foi descrita pelo próprio Teixeira e pelo jesuíta Acuña que forneceram detalhes preciosos sobre o rio: o curso, as ilhas, a fertilidade da terra, o clima e as várias entradas para os rios. Desde então, os portugueses

³⁴ Bento Maciel Parente, “Relação do Estado do Maranhão feita por Bento Maciel Parente (1636)”, em: *Anais da Biblioteca Nacional* (26), 1904, pp. 355-359.

³⁵ Biblioteca Nacional de Lisboa, Seção de reservados, Caixa Y, 2, 23. Carta do frei Cristóvão de Lisboa. Sessão I. 2 de outubro de 1626.

iniciaram processo de ocupação da vasta bacia amazônica. Em 17 de outubro de 1637, iniciou-se essa grande viagem, composta por setenta soldados, mil e duzentos índios, embarcados em frota de mais de quarenta canoas de bom porte, segundo estimativas de Varnhagen. Em Quito, a audiência expediu provisão geral que autorizava o retorno dos jesuítas Cristóbal Acuña e Andrés de Artiega na comitiva de Pedro Teixeira. Durante a viagem de regresso ao Pará, iniciada em 16 de fevereiro de 1639, Acuña reuniu informações sobre o percurso, seus habitantes e riquezas. A partir do relatório, se formularam estratégias para o controle militar do vale amazônico. Desde Orellana, a Amazônia despertava a curiosidade dos europeus: lugar de mistérios, povoado por mulheres guerreiras e cidades fabulosas. A grande viagem originou duas importantes narrativas: *Relación del General Pedro Tejeira de el rio de las Amazonas para el Sr. Presidente* - descrição corográfica destinada à Audiência de Quito; e *Nuevo descubrimiento del gran rio de las Amazonas* (1641) - relatório de Acuña.³⁶

Em 1641, a narrativa do jesuíta veio a público em Madri, mas logo a edição foi suprimida. A nova conjuntura ibéri-

ca tornava o roteiro da viagem lesivo ao império espanhol. Após a Restauração portuguesa, a corografia de Teixeira e o relatório do jesuíta permitiam tanto a descoberta das riquezas amazônicas quanto o alcance do Vice-reino do Peru. As fronteiras entre as conquistas portuguesa e castelhana estavam, cada vez mais, tênues. A partir desse feito, iniciaram-se, então, as conquistas lusas dos rios, os descimentos de índios e a implementação de novos núcleos de povoamento, sobretudo com a criação do Estado do Maranhão e Pará. Pouco depois de regressar de tão árdua viagem, Teixeira exerceu o cargo de capitão-mor do Pará, durante 15 meses. Quando se preparava para retornar ao reino, faleceu em junho de 1641, sem receber privilégios à altura de seus feitos.

Se Pedro Teixeira enfrentou conjuntura adversa a seus planos de ascensão social, os Parentes não sofreram desse mal. Em 1644, o filho homônimo recebeu o hábito da Ordem de Cristo, processo de habilitação que demonstra o enorme prestígio do pai junto aos poderes do centro, pois os “defeitos” tornaram irrelevantes frente aos serviços prestados ao soberano.³⁷ A recompensa do monarca era fruto dos prestimosos feitos do pai, que morrera em 1642, sob o jugo dos holandeses do Recife. Em tempo de

³⁶ Biblioteca da Ajuda, livro 51, Volume 41, “Relación del general Pedro Tejeira del río de las Amazonas para el Sr. Presidente”, São Francisco de Quito, 2 de janeiro de 1639; Cristóbal Acuña, *Novo descobrimento do Grande Rio das Amazonas*, Rio de Janeiro, Agir, 1994.

³⁷ IANTT, *Habilitações à Ordem de Cristo*, março 12, n. 85.

Restauração, esse vassallo da fronteira e os serviços do pai tornaram irrelevantes a mestiçagem e a origem humilde do suplicante. Essa conjuntura foi favorável para que o filho de Bento Maciel Parente alcançasse o título pleiteado, por tanto tempo, pelo pai. Esse episódio nos permite entender como regras tão rígidas como o defeito mecânico e a limpeza de sangue possuíam no ultramar, sobretudo nas franjas do império, um outro significado. A produção de lealdade em terras tão remotas era mais relevante do que a classificação social própria do reino. O estatuto de limpeza era pertinente onde os vassallos disputavam honra, cargos e privilégios, menos importante era fazer valer esse mesmo princípio em paragens quase vazias, distantes do centro e desprotegidas, dependentes do sangue e fazenda dos leais vassallos de Sua Majestade, mesmo sendo eles humildes e mestiços. Essas concessões eram, por certo, indispensáveis à manutenção das fronteiras imperiais.

A sentença proferida pela Secretaria das Mercês, em 2 de julho de 1644, concedeu a Bento Maciel Parente o hábito da Ordem Cristo. Por meio da portaria do padre Gaspar de Faria Severim, de 5 de abril de 1643, mandou-se lançar o hábito e depois se fizeram as provanças, ou melhor, as investigações, de seus antepassados. Da parte de sua mãe e avós maternos, descobriu-se que eram naturais da capitania de São Paulo, no Brasil, e os paternos das vilas de Viana e Caminha, no reino. O avô paterno fora alfaiate e

seus avós maternos gentios do Brasil. Seu pai não se casou com sua mãe, que era de origem indígena. O agraciado era, portanto, filho bastardo, mestiço, de origem humilde e mecânica. Mesmo assim a sentença lhe foi favorável: “De que se dá conta a V. Majestade como governador da dita Ordem na forma de mandar vir os serviços destes habitantes que estão nas fronteiras, e eles na Secretaria das Mercês para que sendo merecedores de S. Majestade dispensar-vos os defeitos referidos, o passa fazer. Lisboa, 02 de julho de 1644”.

Para ser cavalleiro da Ordem de Cristo, ordem militar de maior prestígio em Portugal, o suplicante não deveria ter defeito mecânico, ou melhor, seus pais e avós não poderiam desempenhar funções manuais; nem possuir sangue infecto, seus antepassados deveriam ser cristãos, sem procedência judia, moura ou de qualquer outra “raça”. Esses defeitos, porém, foram perdoados pelo rei, governador da Ordem de Cristo, por ser o suplicante morador em localidade remota do império. Por certo, o monarca perdoou suas faltas, baseado nos serviços prestados por seu pai, fiel vassallo das fronteiras. Na verdade, pouco se sabe dos seus feitos, embora seu pai tivesse apresentado ao monarca uma extensa lista de serviços. A portaria da Secretaria das Mercês nos permite entender a debilidade das forças que uniam as partes do império e a necessidade de reafirmar as alianças com os súditos de áreas remotas. Ao perdoar esses graves impedimentos, o rei reconhecia a fragilidade de sua posse

sobre terras suscetíveis aos ataques neerlandeses e espanhóis, em tempo de guerras e da fragilidade advinda com a Restauração. O governo à distância tornava-se factível por meio do reconhecimento e da premiação dos serviços como os apresentados por Bento Maciel Parente. Percebe-se então uma interdependência entre o centro e a periferia, pois se os conquistadores almejavam títulos e rendas, o monarca dependia de leais súditos para manter as conquistas.

Os feitos militares eram indispensáveis ao monarca. Os vassallos atuavam tanto nos combates aos invasores e índios rebelados quanto no controle de tumultos promovidos pelos próprios moradores. Nesse sentido, é compreensível a grande recorrência de pedidos de mercê por parte capitães como Maciel Parente, que descreviam seus empreendimentos bélicos como trunfo para solicitar o hábito da Ordem de Cristo. Até a Restauração, porém, era freqüente que os conquistadores aliassem seus serviços a escritos destinados a valorizar as riquezas de sua região, e logo, seus serviços. Por isso, eles descreviam a natureza, as comunidades indígenas e a história da colonização. Os vassallos mencionavam ainda a defesa dos interesses da Coroa para solicitar cargos mais prestigiosos na administração ultramarina e títulos que atuavam na consolidação de seus poderes locais.

Dispondo do reconhecimento do monarca, de título e cargos, eles teriam mais chances de atuar nas Câmaras e nas demais instâncias do poder local.

De fato, os privilégios faziam-nos mais poderosos que os demais moradores. De modo geral, os pleitos ao monarca partiam das elites locais, ou melhor, da “nobreza da terra”, que apesar de desfrutar de prestígio nas localidades, nem sempre possuíam o reconhecimento da Coroa para seus feitos e serviços. Os pedidos de mercê eram formas de alcançar o aval monárquico que os tornava ainda mais poderosos nas respectivas capitânias. Capitães, vereadores e juizes certamente desfrutavam de prestígio, mas teriam ainda mais se pudessem exibir a insígnia da Ordem de Cristo ou pudesse contar com o foro de Fidalgo da Casa Real. Esses títulos, por certo, não significavam apenas reconhecimento monárquico de seus serviços, mas a consolidação de seus privilégios nos domínios ultramarinos. Eram ainda mecanismo de integração entre as elites ultramarinas e a administração metropolitana. Os pedidos de mercê dinamizavam e revitalizavam o pacto entre vassallos e a monarquia, pois os primeiros reconheciam o centro como forma de consolidação de sua ascensão social. Enfim, Bento Maciel Parente, o pai, era vassallo da espada e da pena, recursos que lhe permitiram acumular honra e prestígio.